



GT 57. Migrações e Deslocamentos

Coordenador(es):

Natália Corazza Padovani (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Este GT, proposto no âmbito do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA, visa reunir trabalhos que reflitam sobre diferentes “regimes de mobilidades”. Migrações e deslocamentos são objeto de processos de diferenciação vinculados a assimetrias e “localizações sociais”. Categorias como “permanência e mobilidade” são tensionadas nos processos de governamentalidade voltados para quais sujeitos e populações podem/devem permanecer e/ou mover-se. Exílios, expulsões e deslocamentos forçados são contrastados com imaginários sobre turismo e cosmopolitismo. Migrações e deslocamentos, assim, podem ser analisados frente ao modo como “viagens” e “refúgios”, por exemplo, diferenciam pessoas frente a categorizações de raça, gênero, sexualidade, classe, nacionalidade, geração, entre outras, as quais enredam práticas e normativas de segurança e proteção dos territórios e estados nacionais. Nos interessam trabalhos que examinem a produção de mobilidade/imobilidade, circulação/contenção, legalidade/ilegalidade; e/ou processos de subjetivação e a incidência de marcadores sociais na delimitação de fronteiras territoriais e sociais. A intenção é abranger pesquisas realizadas a partir de temas voltados para as várias formas de deslocamentos e “regimes de mobilidades” através de fronteiras, que podem ou não ser transnacionais. Consideramos que o deslocamento entre fronteiras das cidades, bem como urbanas, ou “rurais e urbanas”, podem trazer elementos etnográficos e analíticos ao debate proposto.

Memórias do deslocamento compulsório: estudo sobre a saudade em Breu Branco e Tucuruí/PA

Autoria: Jorge Augusto Santos das Mercês (UFPA), Fábio Fonseca de Castro

Realizamos a pesquisa em questão durante curso de mestrado do primeiro autor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) entre os anos de 2015 e 2017. O work de campo que lastreia a presente etnografia aconteceu em períodos intermitentes entre os anos supracitados nos municípios de Breu Branco e Tucuruí, localizados, ambos, às margens do rio Tocantins, no sudeste do estado do Pará. Destaca-se que a fronteira entre tais municípios é produto do evento que provocou o deslocamento compulsório dos nossos interlocutores nesta pesquisa, fronteira esta que se faz pela ponte que coincide com a barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí), ligando e separando, ao mesmo tempo, Tucuruí e Breu Branco como também, enquanto barragem, liga e separa as temporalidades dos atingidos. Nossa intenção no período fora compreender a memória acerca do deslocamento compulsório provocado pela implantação da UHE-Tucuruí para os habitantes dos municípios em foco que vivenciaram, em primeira pessoa, aquele evento. Nossa etnografia, orientada por princípios fenomenológicos, embasou-se em observação participante e entrevistas semiestruturadas que revelaram a diversidade da experiência mnemônica narrada, evidenciando certa dinâmica entre estruturas cognitivas e padrões narrativos presente na relação entre forma e conteúdo de Simmel (1991; 1999). De tal modo, a experiência de falta, de dor pela ausência de um passado anterior ao deslocamento compulsório, demarca o acesso a uma plataforma locucional socialmente reconhecida e produzida, preenchida por narrativas que indicam um determinado horizonte de compreensão no qual as sociações se produzem. No caso em estudo, poderíamos dizer que a forma social presente em Breu Branco e Tucuruí se constitui como um trauma centrado na perda e na desilusão com a espera pela compensação de danos provocados pelo deslocamento compulsório? entendida localmente sob o signo de uma promessa?, enquanto os conteúdos se constituiriam como enunciados de



saudade, memória, reminiscência e comparação entre vivências anteriores e contemporâneas. Nos padrões narrativos que preenchem a forma social da saudade, percebe-se uma plataforma locucional marcada por uma sugestão de dor e perda, possivelmente em função dos referentes perdidos no evento para a autoimagem, da imagem feita do outro e da autoimagem projetada no outro. Nesse padrão de socialização percebe-se um padrão narrativo marcado pela dor, enunciada como trauma e por meio da descrição de perdas que constituem uma experiência própria, projetada por quem a enuncia como uma experiência individual.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: